



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
1ª Vara da Comarca de Timbaúba

Rua Severino Ribeiro Alves, 106, Barro, TIMBAÚBA - PE - CEP: 55870-000 - F:(81) 36315275

Processo nº **0001104-54.2019.8.17.3480**

AUTOR: MARILENE MARIA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

DESPACHO

Vistos e etc.

Trata-se de ação de cobrança de indenização securitária – DPVAT ajuizado(a) por **Marilene Maria da Silva**, satisfatoriamente qualificado(a) nos autos do processo em tela, em desfavor da **Seguradora Líder dos Consorcios do Seguro DPVAT S.A.**, igualmente qualificada nos autos, onde alega que foi vítima de acidente de trânsito e sendo assim, requereu administrativamente a indenização do seguro obrigatório – DPVAT, tendo recebido administrativamente apenas a quantia de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

Assevera, ainda, que faz *jus* ao recebimento integral da indenização, em face de debilidade irreversível no membro inferior, decorrente de fratura de 4 pododáctilo.

À exordial foram juntadas provas que entendem necessárias ao deslinde do feito.

É o relatório.

Decido



Inicialmente, é importante salientar que não se desconhece do Convênio entabulado entre o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE) e a Seguradora Líder (Ofício nº. 0005/2015 e Ofício DPVAT/JUR nº. 583/2015), responsável pelo pagamento das indenizações do Seguro DPVAT, **cuja finalidade precípua reside na realização de perícia médica/técnica quando há o elemento “dúvida” em derredor da dimensão do dano corporal causado em virtude de acidente automobilístico em sentido amplo**, já que a extensão do dano repercute diretamente no valor a ser pago a título de indenização.

Assim, partindo da premissa acima chegaremos à conclusão acerca da **imperiosa necessidade de a petição inicial contemplar indicativo probante (início de prova) inerente a pefalada extensão do dano corporal como, *por exemplo*, atestado/laudo médico subscrito por especialista (médico ortopedista) em linha de convergência com os fatos narrados na exordial.**

O tencionamento probatório é fato gerador para caracterizar a pretensão resistida e/ou insatisfeita, bem como fundamentar a submissão do(a) promovente à perícia técnica.

Raciocínio em sentido contrário implica em desconsiderar *de plano* a perícia realizada pela empresa promovida, bem como fazer do Convênio entabulado entre o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE) e a Seguradora Líder (Ofício nº. 0005/2015 e Ofício DPVAT/JUR nº. 583/2015) a regra e não a exceção tornando, nesta linha de pensamento, despicienda a primeira perícia.

Registre-se, por oportuno, que **não se discute o evento danoso, mas sim a comprovação mínima da sua extensão/repercussão, que não deve residir em critérios meramente subjetivos** baseados em ficha de atendimento médico, declaração de acompanhamento do(a) paciente, boletim de ocorrência, prescrição de medicamentos, sessões de fisioterapia e congêneres.

Posto isto, **intime-se a parte autora, através de seu advogado legalmente habilitado, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, junte nos autos indicativos probatórios (início de prova conforme pefalado) que ratifique a versão apresentada na inicial, sob pena de indeferimento da petição inicial** com lastro no art. 321 do CPC.

Decorrido o prazo, certifique-se e voltem-me conclusos.

Timbaúba, 27/02/2020.

José Gilberto de Sousa – Juiz de Direito







Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Rua Severino Ribeiro Alves, 106, Barro, TIMBAÚBA - PE - CEP: 55870-000

1ª Vara da Comarca de Timbaúba
Processo nº 0001104-54.2019.8.17.3480
AUTOR: MARILENE MARIA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do 1ª Vara da Comarca de Timbaúba, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID **58466984**.

TIMBAÚBA, 3 de março de 2020.

JOSILENE VIEIRA RODRIGUES
Diretoria Cível do 1º Grau



EM ANEXO.





EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
1ª VARA DA COMARCA DE TIMBAÚBA-PE.

Processo nº: 0001104-54.2019.8.17.3480

MARILENE MARIA DA SILVA, já qualificado nos autos da presente ação de COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT que move contra SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVATS.A., também já qualificada, vem, perante Vossa Excelência, através de seu advogado, infra-assinado, com instrumento procuratório já anexado ao processo em epígrafe, apresentar EMENDA À INICIAL, nos termos do artigo 321 do Código de Processo Civil, pelos motivos a seguir expostos:

Douto Julgador, em resposta do Despacho proferido de id 58466984, vem esclarecer que os únicos documentos médicos que comprovam a lesão sofrida pelo Autor já foram anexados neste processo em epígrafe. Portanto, requer que os mesmos sejam analisados, uma vez que mostram-se plenamente suficientes, aliados ainda à perícia médica requerida pelo autor na inicial e que certamente será determinada por Vossa Excelência para demonstrar o lícito direito pleiteado nestes autos.

**GILBERTO CORREIA**
ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

Rua Marçal Emiliano Sobrinho, N 87, 1º andar
Centro, Timbaúba/PE – Fone: 81 3631.3992
gilbertocorreia.advocacia@hotmail.com





Ante o exposto requer

1. Que seja recebida esta emenda à inicial;
2. A ratificação dos pedidos feitos na exordial;
3. O prosseguimento do feito e, conseqüentemente, a procedência dos pedidos.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Timbaúba/PE, dia 11 de março de 2020.

GILBERTO CORREIA DA SILVA FILHO

OAB/PE 34.570

GILBERTO CORREIA
ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

Rua Marçal Emiliano Sobrinho, N 87, 1º andar
Centro, Timbaúba/PE – **Fone: 81 3631.3992**
gilbertocorreia.advocacia@hotmail.com





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
1ª Vara da Comarca de Timbaúba

Rua Severino Ribeiro Alves, 106, Barro, TIMBAÚBA - PE - CEP: 55870-000 - F:(81) 36315275

Processo nº **0001104-54.2019.8.17.3480**

AUTOR: MARILENE MARIA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

DESPACHO

Recebidos hoje.

Vistos etc.

Defiro o pedido de justiça gratuita.

Cite-se a demandada para que, querendo, no prazo legal, conteste a presente ação, sob pena de confissão e revelia quanto a matéria de fato (art. 344, do NCPC), ressaltando que o termo inicial do prazo da contestação observará a respectiva hipótese em que foi realizada a citação, conforme o art. 231, do NCPC.

Com a resposta, intime-se a parte autora para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

Após, voltem-me conclusos para inclusão em mutirão de audiências/perícias médicas referentes a este tipo de ação.



Intime-se.

Timbaúba, 05/05/2020.

José Gilberto de Sousa - Juiz de Direito

